

# MINHA CASA, MINHA SINA

REPORTAGEM

LUÁ MARINATTO E RAFAEL SOARES

EDIÇÃO

GIAMPAOLO MORGADO BRAGA

ARTE

FELIPE NADAES

DESIGN

WILLIAM BATISTA

# VAI CHEGAR VISITA: É A POLÍCIA FEDERAL

**Ministro da Justiça quer a PF investigando e fazendo blitz no 'Minha casa, minha vida'**

A Polícia Federal fará uma blitz nos condomínios do programa "Minha casa, minha vida" no Rio sob a influência do tráfico de drogas. A medida foi anunciada pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, após o EXTRA revelar que todos os 64 conjuntos da faixa 1 na cidade são alvo do crime organizado.

Em entrevista exclusiva na sala de reuniões do Palácio da Justiça, em Brasília, o ministro classificou como "inaceitável" a expulsão de 80 famílias por traficantes do conjunto Haroldo de Andrade, em Barros Filho, revelada ontem no primeiro capítulo da série de reportagens "Minha casa, minha sina". Para frear o avanço do crime sobre os moradores, Cardozo determinou que a PF abra inqu-

ritos a partir de cópias das reportagens do EXTRA.

O ministro também anunciou a convocação de uma reunião com o ministro das Cidades, Gilberto Kassab, e a presidente da Caixa, Miriam Belchior. A ideia é criar uma força-tarefa com integrantes dos governos

**NÃO PODEMOS TOLERAR QUE O CRIME AJA DESTA FORMA**

federal e estadual, para tratar problemas de segurança nos condomínios e discutir soluções para as famílias expulsas. O encontro acontecerá hoje, às 18h.

— Não podemos tolerar que o crime organizado aja dessa forma escancarada. Uma ação dos governos federal e estadual vai, num curto espaço de tempo, estudar providências cabíveis e reverter esse quadro — promete Cardozo.

## 'Temos que resolver o problema das famílias'

ENTREVISTA

**JOSÉ EDUARDO CARDOZO**  
Ministro da Justiça

O Ministério da Justiça vai reagir contra a presença do crime organizado no "Minha casa, minha vida"? Esses fatos mostrados pelo EXTRA são absolutamente intoleráveis e inaceitáveis. De acordo com nossa legislação, delitos cometidos por milicianos competem à Polícia Civil do Rio. A PF pode apoiar as investigações. Já no que diz respeito ao narcotráfico, esse material tem que ser analisado para que a PF, no âmbito de sua competência, tome as providências para atacar de frente essa situação. Todo o material coletado pela reportagem será encaminhado à Polícia Federal e à Secretaria de Segurança do Rio para que as ações policiais sejam intensificadas.

O governo pretende dar uma resposta às famílias que ficam sem teto? Essa situação envolve a atividade policial, mas não é só policial. Temos que estar com os outros órgãos responsáveis pelo programa, o Ministério das Cidades, a Caixa e o governo do Rio, cuidando de resolver o problema das famílias que

estão sendo vítimas da realidade.

Há um intercâmbio de informações entre os governos federal e estadual? Os dois podem trabalhar juntos? Embora a competência para a investigação desse delito seja, primariamente, da Secretaria de Segurança do Rio, o governo federal montou uma força-tarefa com o governo do estado para combater o problema, que existe, apesar de várias investigações em curso. Porém, a situação está longe de ser revertida. Em conjunto com o Estado do Rio, nós vamos intensificar as medidas, inclusive fazendo as prisões que devem ser feitas para que essa realidade não se perpetue.

O que o senhor vai propor ao secretário Beltrame? É fundamental que os responsáveis por essa força-tarefa se reúnam com os ministros responsáveis e com as autoridades do governo do Estado do Rio para fazer uma avaliação de tudo o que está sendo feito. Se o Estado brasileiro até agora não conseguiu reverter o quadro, tem o dever perante a população de somar maiores forças e maior empenho para que ele seja rapidamente debelado.



José Eduardo Cardozo: "Não podemos tolerar que o crime organizado aja dessa forma escancarada"

**"É NECESSÁRIO QUE O PROGRAMA VOLTE A SER DA POPULAÇÃO BRASILEIRA"**

**José Eduardo Cardozo**  
Ministro da Justiça

**"DEVERIA HAVER UM COMPROMISSO COM AQUELAS PESSOAS QUE ESTÃO ALI"**

**Silvio**  
Morador expulso do condomínio Terni

## Fuga da milícia para não ter a casa incendiada

Silvio\* ainda guarda a escritura do apartamento no condomínio Terni, em Campo Grande, adquirido por intermédio do "Minha casa, minha vida" em novembro de 2010. O documento, porém, não foi suficiente para assegurar seu direito à moradia. Em meados de 2014, após mais de dois anos de perseguição e ameaças por parte de milicianos, ele, a mulher e os dois filhos abandonaram de vez o conjunto.

— Decidimos ir embora quando quatro homens armados, de capuz, bateram na nossa porta. Falaram que se não saíssemos ateariam fogo na casa com todos dentro. Só levamos o que deu — conta.

Funcionário de um órgão estatal, Silvio acredita que essa posição chamou para si a atenção do grupo paramilitar. A fuga evitou que ele repetisse o destino de vários beneficiados pelo programa que ousaram desafiar a milícia. A Operação Tentáculos, desencadeada no Terni e em outros cinco condomínios da região, em agosto do ano passado, revelou que a execução de moradores — assim como as expulsões — era prática comum.

Uma lesão no quadril obriga Silvio a andar de muleta. A mulher tem acompanhamento psiquiátrico e usa remédios controlados, num quadro agravado pela tensão a que a família foi submetida. Os R\$ 400 mensais pagos de aluguel fazem falta também nos tratamentos médicos.

— Estamos desamparados.

## 'Acreditei que seria um sonho. Virou pesadelo'

DEPOIMENTO

**SILVIO**  
Morador expulso do condomínio Terni

Tudo começou por eu não ser conivente com eles. Ao saberem do meu trabalho, passaram a pressionar ainda mais. Por sorte, tinham receio de que matar alguém minimamente ligado ao poder público repercutisse. Meu maior objetivo, hoje, é pedir uma nova casa... Mas não foi só comigo. Centenas de pessoas têm a mesma história. Acreditei que seria um sonho. Virou o meu maior pesadelo.

\*NOME FICTÍCIO

**MAIS NO SITE**  
extra.globo.com  
Assista aos depoimentos do ministro e do morador expulso

## Funcionária foi expulsa por traficantes

A presença do crime não ameaça só moradores. Mesmo uma assistente social que atuava até meados de 2013 no Residencial Mangueira 1, junto à favela homônima, na Zona Norte, teve de deixar o local e o trabalho após ameaças de traficantes. Ela era funcionária de uma empresa que presta serviço à Secretaria municipal de Habitação (SMH).

O EXTRA ouviu duas testemunhas oculares da expulsão. Segundo elas, a mulher, que preferiu não dar entrevista, foi abordada por um grupo de cinco bandidos armados com pistolas dentro do salão de festas do conjunto — onde costumava conversar com moradores para resolver problemas de convivência. "Você pensa que é liderança daqui? A liderança somos nós", afirmou um dos criminosos, mostrando a pistola sob a camisa.

A mulher saiu chorando pela porta da frente do condomínio e foi levada por funcionários da SMH à sede da prefeitura, na Cidade Nova. Após o ocorrido, ela passou a trabalhar em conjuntos de Senador Camará, na Zona Oeste, e Triagem, na Zona Norte, antes de deixar o emprego. Procurada, a SMH afirmou que "não há registro do fato na secretaria".

## TAXA 'OFICIAL'

**NO CONDOMÍNIO TERNI**  
As taxas cobradas pela milícia tinham até recibo. Parte deles, Silvio guarda até hoje. No início de 2012, eram R\$ 15 por morador; um ano depois, o valor subiu para R\$ 25. Quem não pagava era coagido, torturado, expulso ou morto.

**OPERAÇÃO TENTÁCULOS**  
Em agosto de 2014, a Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (Draco) prendeu 21 milicianos que atuavam nos conjuntos Terni, Treviso e Ferrara, Livorno, Trento e Varese, em Campo Grande e Cosmos.

**DENÚNCIAS**  
O coordenador do Disque-Denúncia (2253-1177), Zeca Borges, afirmou ontem que vai passar a monitorar denúncias sobre crimes dentro dos conjuntos e vai preparar relatórios periódicos para as autoridades de segurança.

**AMANHÃ**  
A milícia e o tráfico coordenam até reuniões de condomínio.



Silvio deixou o conjunto em Campo Grande depois que homens armados e de capuz ameaçaram atear fogo em sua casa com a família dentro

## RADIOGRAFIA DOS CONJUNTOS

- Disque-Denúncia
- Inquéritos concluídos ou em andamento
- Ocorrência de operação policial no interior do condomínio
- Registros de ocorrência
- Relatos de moradores ouvidos pelo EXTRA



Fontes: Caixa Econômica Federal, Disque-Denúncia, Ministério das Cidades, Ministério Público do Rio, Polícia Civil e Secretaria municipal de Habitação